



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA VIGÉSIMA NONA SESSÃO ORDINÁRIA DO
PRIMEIRO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO
LEGISLATIVA DA DÉCIMA NONA LEGISLATURA.

No vigésimo quarto dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém - CMB sob a presidência do vereador Êmerson Sampaio. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, o presidente abriu a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Matheus Cavalcante criticou declaração feita pelo prefeito Edmilson Rodrigues, em vídeo postado nas redes sociais, declarando Belém território livre do *apartheid* contra o povo palestino promovido pelo governo de Israel. Comentou que nossa capital tem um grande contingente de cidadãos descendentes de árabes e de judeus, mas aqui esses povos vivem em harmonia, sendo Belém uma cidade plural. Acusou Edmilson Rodrigues de fazer campanha em favor da democracia e, contraditoriamente, apoiar ditaduras como a existente em Cuba. Destacou a repercussão negativa da declaração do prefeito entre a comunidade judaica, expressando a ela votos de apoio. Enfermeira Nazaré Lima mencionou as agressões racistas sofridas pelo jogador de futebol Vinícius Júnior na Espanha, admirando-se de esse comportamento existir em um país de primeiro mundo, altamente desenvolvido. Supôs que, aos vinte e dois anos, Vinícius Júnior já passou por inúmeros episódios de racismo, sofrendo humilhações durante toda a infância na escola, nas ruas e nos inúmeros locais que frequentou. A luta contra o racismo é de todos que concebem sermos iguais, independentemente da cor da pele e das demais diferenças, afirmou. Tal igualdade - apesar de nossas diferenças, de nossas idiossincrasias - deveria nos unir, postulou, pois não há supremacia branca como muitos querem pensar, mas, em momentos de raiva, alguns dão vazão ao seu racismo e buscam constranger e humilhar. Relatou que o presidente Lula e o Ministério da Igualdade Racial mobilizaram-se e a Federação Espanhola, após pressões vindas de todo o mundo, anulou a expulsão aplicada a Vinícius Júnior na partida contra o Valência, quando ocorreram as últimas agressões ao jogador. Aludiu posteriormente à manifestação dos servidores municipais em frente à Secretaria Municipal de Administração – Semad, em protesto por melhores salários. Disse ter sido liderança sindical e lutado pelos direitos dos funcionários públicos em muitas ocasiões. Alegou não ser correto esgotar os canais de negociação e observou que eles estavam abertos. Testemunhou ver muitos elogiando governos anteriores, fazendo notar que tais gestões foram responsáveis pela defasagem entre o salário-base do funcionalismo municipal e o salário mínimo nacional. Sílvia Leticia externou que, durante os últimos dois anos, os servidores municipais têm lutado pelo cumprimento das promessas de campanha que levaram à eleição de Edmilson Rodrigues. Lutam então pelo reajuste do vale-alimentação, pela reforma das escolas municipais, pela melhoria do sistema municipal de saúde, pela coleta regular dos resíduos sólidos, pelo que consideram ser o mínimo, enfim. O realinhamento do salário-base dos servidores ao mínimo nacional também é o mínimo a ser exigido pelos servidores municipais, adicionou. No primeiro ano da atual gestão, a Prefeitura Municipal de Belém – PMB pediu paciência à população e compreensão ao funcionalismo, pois não havia recursos em caixa devido às limitações orçamentárias herdadas da gestão anterior. No segundo e no terceiro anos da gestão persistem as dificuldades orçamentárias, reconheceu, mas a população em geral percebe haver outros problemas. Divulgou estudo minucioso realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará – Sintepp de Belém mostrando haver um inchaço muito grande na folha de pagamento da PMB causada por pessoal que ocupa cargos de indicação política, os chamados DAS (cargos de Direção e Assessoramento Superior). Tais contratações não são proibidas por lei, mas são politicamente incorretas, advertiu. A PMB tornou-se um cabide de empregos de indicações políticas, contratando-se pessoas sem nenhum critério técnico ou de competência. Os indicados não servem à população de Belém, servindo apenas a quem os indica, mas ganham gordos salários, mais do que a maioria dos concursados, aditou. Os DAS ganham em média mais de quatro mil reais, chegam e saem no horário que desejam das secretarias e

são responsáveis por sua própria frequência, por seu ponto, registrou. Além disso, continuou, sentem-se no direito de praticar assédio moral contra os servidores municipais que, cumprindo seu papel de cidadãos, cobram o mínimo da PMB. Os contratados por indicação política perseguem os servidores municipais porque são questionados nos locais de trabalho por receberem sem trabalhar. Ao invés de atender à população, são vistos nas caminhadas e em eventos como inaugurações de obras fazendo claque para o prefeito, aplaudindo seus pronunciamentos, passando-se por cidadãos comuns, alegou. Esclareceu fazer essa denúncia porque a situação nas escolas e demais órgãos públicos do município tornou-se insustentável. Orientou aqueles que duvidam de seu relato a seguir as redes sociais da PMB, pois ali estão os que ocupam cargos de indicação política. Informou serem todos comandados pelo senhor Stefani Henrique que, além de chefiar a segurança pessoal do prefeito, acha-se no direito de ameaçar as servidoras públicas quando elas estão em frente à sede da PMB exigindo o cumprimento de seus direitos. Segundo o estudo citado, somente no Gabinete do Prefeito há 631 funcionários, sendo 576 deles não concursados, acrescentou, questionando se todas essas pessoas cumprem seus horários e realizam as atribuições devidas. Finalizou seu pronunciamento exigindo o cumprimento da Lei Municipal nº 9518/2019 e pedindo ao prefeito Edmilson Rodrigues que faça as pazes com funcionalismo público de Belém e exonere e puna exemplarmente os assediadores que estão à frente de escolas e órgãos públicos cumprindo uma função política. Encerrado o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PP – Podemos – Pros, Roni Gás comunicou ter protocolado um projeto de lei isentando o cidadão belenense cuja casa é alugada de pagar o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU. O benefício será concedido após comprovação da Defesa Civil e até que o problema seja sanado, explicitou. Discorreu depois que, após a troca de alguns secretários municipais, a comunicação entre as secretarias municipais e os vereadores melhorou, apesar de ainda estar longe do ideal. Reputou que anteriormente os ofícios enviados pelos parlamentares sequer eram respondidos, mas agora os vereadores ao menos recebem o retorno em relação às demandas da população encaminhadas a algumas secretarias municipais. Parabenizou o secretário Deivison Costa Alves, titular da Secretaria Municipal de Urbanismo – Seurb, pelo excelente desempenho apresentado desde o início da gestão. A Secretaria Municipal de Saúde – Sesma enfrentou muitos problemas, apontou, mas algumas mudanças positivas já são notadas sob o comando do secretário Pedro Anaisse. Pelo Cidadania, Matheus Cavalcante declarou não ser verdadeira a alegação da PMB de que faltam recursos para gerir melhor a cidade, pois o orçamento municipal passou de cerca de 3 bilhões de reais em 2020 para cerca de 5 bilhões de reais atualmente. Reportou depois ter visitado a Escola Municipal Maria Madalena Raad, na periferia do Distrito de Icoaraci. Atestou que ela não tinha condição de funcionar, tendo inclusive ocorrido o desabamento do teto de uma das salas de aula. Revelou haver uma ação civil pública do Ministério Público Estadual do Pará – MPPA, relativa à escola, contra a PMB. O MPPA convocou a Secretaria Municipal de Educação – Semec, mas a secretária Araceli Lemos não compareceu às audiências e não mandou representante algum, contou. Opinou não haver nada a elogiar na atual gestão municipal no saneamento, na mobilidade urbana e na saúde. Falando posteriormente pela liderança da Oposição, Matheus Cavalcante solidarizou-se à vereadora Sílvia Letícia, julgando que ela sofre perseguição dentro do próprio partido por criticar a gestão municipal. Considerou que somente o governo estadual faz investimentos em nossa capital, pois a PMB é ineficiente, não realizando obras, nem sequer revitalizações. Conclamou seus pares a assinar a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI para investigar a gestão municipal do setor de saúde. Pela liderança do PSOL, Sílvia Letícia fez menção à votação na Câmara Federal, no dia anterior, do Arcabouço Fiscal do governo federal, referindo que a bancada do PSOL votou contrariamente ao projeto por entender que a substituição do Teto de Gastos não altera de modo substancial os limites anteriormente impostos aos investimentos em saúde, educação, assistência social, previdência e serviço público. Como professora, confessou estar preocupada porque a nova proposta incorpora o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb ao Arcabouço Fiscal, o que jamais havia ocorrido, e tal fato acarretará menos investimentos em educação. Haverá também menor probabilidade de garantir o piso porque o piso salarial do magistério e o piso salarial da enfermagem foram colocados dentro do Arcabouço Fiscal, além estarem em risco os investimentos e as possibilidades de reajuste salarial do funcionalismo público. Há também a perspectiva de não realização de concursos públicos, visando-se talvez manter a situação existente em prefeituras e em diversos governos no país, com folhas inchadas de temporários, contratados por indicações políticas, especulou. Externou estar feliz com a posição adotada pela bancada do PSOL, afirmando que será adotado no Senado o mesmo posicionamento. O partido agirá para que a sociedade perceba ser essencial garantir investimentos em saúde, educação, na assistência social e na vida real de quem usa o serviço público, asseverou. O novo Arcabouço Fiscal representa a continuidade da política anterior do governo de Jair Bolsonaro e não responde às demandas da sociedade,

pelo contrário, vai contingenciar e impedir investimentos em áreas como saneamento, arguiu. Estipulou que a Fundação Nacional de Saúde – Funasa foi extinta para não haver investimentos em saneamento para municípios com menos de 50 mil habitantes, presumindo que o sucateamento do serviço público visa transferir suas atribuições à iniciativa privada. Repudiou a aprovação do Arcabouço Fiscal na Câmara Federal, garantindo que seguirá lutando para que ele não seja aprovado no Senado Federal. Findo este pronunciamento, o presidente Emerson Sampaio fez o registro da presença em plenário da coordenadora da Coordenadoria de Diversidade Sexual da PMB, professora Jane Patrícia Gama. Pablo Farah, sem partido, destacou dentre os projetos enviados a esta Casa pela PMB a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública. A parceria entre o governo federal, o governo estadual e a PMB está dando certo, assegurou, e isso à vezes incomoda algumas pessoas. Uma das principais demandas é o reajuste salarial dos servidores municipais, anuiu, ressaltando a perda de receita do município de Belém. Melhorar a vida da população de nossa cidade não é fácil, tratando-se de um desafio, assinalou, mas os vereadores foram eleitos para isso. Fazer oposição por oposição é fácil, construir e buscar soluções não é, retornou. Há em pauta neste dia um importante projeto da PMB criando o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a população LGBTQIA+, pessoas muitas vezes invisibilizadas na sociedade, discriminadas pelo próprio mercado, e que devem ser protegidas pelo poder público, sustentou. Vivemos em uma sociedade laica em que cada um tem sua religião, sua sexualidade, suas preferências, e isso deve ser respeitado, pontuou, apontando que as pessoas devem ser avaliadas pelo seu caráter e não por sua sexualidade ou pela cor de sua pele. Entretanto, assumiu, há muita hipocrisia e os casos de discriminação e racismo ocorrem todos os dias contra pessoas anônimas. Exortou seus pares a aprovar o projeto criando o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a população LGBTQIA+. Defendeu a equiparação da representação política de gênero nos parlamentos, condenando a fraude nas cotas de gênero e o desvio de recursos do fundo partidário para as candidatas mulheres praticados por alguns partidos. Pela liderança do bloco União Brasil – Patriota – Agir, Josias Higino parabenizou a todos os parlamentares por debaterem visando o bem de nossa cidade. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Emerson Sampaio solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico para verificação de quórum. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Fez-se então a leitura e votação do requerimento da vereadora Gizelle Freitas solicitando dois dias de licença parlamentar, em 23 e 24 de maio corrente, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita depois a leitura do requerimento do vereador Matheus Cavalcante solicitando que esta Casa manifeste votos de aplauso ao Conselho de Jovens Empresários – Conjove pelo Feirão do Imposto, onde serão oferecidos serviços e produtos sem imposto visando conscientizar a população sobre o montante de impostos pagos em cada item ou serviço. Fez o encaminhamento o vereador Matheus Cavalcante. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Procedeu-se a seguir à leitura do requerimento do vereador Allan Pombo solicitando que seja encaminhado ao Instituto de Defesa do Consumidor - Procon pedido de cobranças quanto à diminuição do preço dos combustíveis nos postos de gasolina devido à nova regra de preços da Petrobrás e solicitando ainda que esta Casa manifeste Moção de Repúdio aos que não estão cumprindo as novas tabelas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por maioria, com vinte e dois votos favoráveis e um voto contrário, sem abstenções. Justificaram seus votos os vereadores Matheus Cavalcante, Allan Pombo, Igor Andrade e Neném Albuquerque. Passou-se em seguida à leitura do requerimento do vereador Igor Andrade solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no *site* terpaz.gov.br intitulada “Bairros contemplados com TerPaz tem redução de até 70% em crimes violentos em 2023”. Fez o encaminhamento o vereador Igor Andrade. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Justificou seu voto o vereador Allan Pombo. Encerrada a Primeira Parte da Ordem do Dia, iniciou-se a Segunda Parte da Ordem do Dia. A vereadora Enfermeira Nazaré Lima pediu então Questão de Ordem solicitando a mudança da ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 1663/2022, de sua autoria, entrasse em discussão e que seus artigos fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de lei que “Institui no calendário oficial do município de Belém o Dia Municipal das Bandas e Fanfarras, a ser celebrado anualmente no dia 05 de setembro”, constante no Processo nº 1663/2022, de autoria da vereadora Enfermeira Nazaré Lima. Na discussão, não houve oradores. Fez-se depois a leitura do projeto. Postos a seguir em votação, os artigos do projeto foram aprovados por unanimidade, em bloco e de forma simbólica. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Institui no calendário oficial do município de Belém o Dia Municipal das Bandas e Fanfarras, a ser celebrado anualmente no dia 05 de setembro”, constante no Processo nº 1663/2022. Em seguida, o vereador John Wayne pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 002/2023, de sua autoria, entrasse em

discussão e que seus artigos fossem votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou posteriormente em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto de resolução que “Dispõe sobre um busto em homenagem a Francisco Caldeira Castelo Branco”, constante no Processo nº 002/2023, de autoria do vereador John Wayne. Na discussão, pronunciou-se o vereador John Wayne. Foi feita depois a leitura do projeto. Posto em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica, registrando-se as abstenções das vereadoras Sílvia Letícia e Enfermeira Nazaré Lima. O presidente declarou então aprovado o projeto de resolução que “Dispõe sobre um busto em homenagem a Francisco Caldeira Castelo Branco”, constante no Processo nº 002/2023. Justificou seu voto o vereador Allan Pombo. A seguir, o vereador Igor Andrade pediu Questão de Ordem solicitando mudança na ordem da pauta de modo que o projeto constante no Processo nº 796/2023, de autoria da PMB, entrasse em discussão, sendo seus artigos votados em bloco e de forma simbólica. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Entrou em seguida em discussão única e votação, com dispensa de interstício, o projeto que “Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+)”, constante no Processo nº 796/2023, de autoria da PMB. Na discussão, não houve oradores. O vereador Igor Andrade pediu novamente Questão de Ordem solicitando a dispensa da leitura do projeto, uma vez que todos os parlamentares haviam recebido cópias do mesmo. Posta em votação, esta solicitação foi aprovada pela plenária. Postos em votação, os artigos do projeto foram aprovados por maioria, em bloco e de forma simbólica, registrando-se a abstenção do vereador Josias Higino. O presidente declarou então aprovado o projeto de lei que “Institui o Conselho Municipal de Políticas Públicas para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais (LGBTI+)”, constante no Processo nº 796/2023. Justificaram seus votos os vereadores Fernando Carneiro, Dona Neves, Josias Higino, Pablo Farah, Sílvia Letícia, Matheus Cavalcante, Enfermeira Nazaré Lima e Allan Pombo. Em seguida, o presidente Emerson Sampaio encerrou a sessão, às onze horas e vinte e três minutos. Estavam licenciados os vereadores Fabrício Gama e Gizelle Freitas. Justificaram suas ausências os vereadores Bia Caminha, Fábio Souza, Goleiro Vinícius, Lulu das Comunidades, Mauro Freitas, Miguel Rodrigues e Wellington Magalhães. Estiveram presentes os vereadores: Bieco, Renan Normando, José Dinelly, Emerson Sampaio e Roni Gás, pelo bloco PP – Podemos – Pros; Josias Higino e Pastora Salete, pelo bloco União Brasil – Patriota – Agir; Blenda Quaresma, Neném Albuquerque e John Wayne, pelo MDB; Enfermeira Nazaré Lima, Sílvia Letícia e Fernando Carneiro, pelo PSOL; Amaury da APPD e Altair Brandão, pelo bloco PT – PC do B; Juá Belém e Augusto Santos, pelo Republicanos; Moa Moraes, pelo PSDB; Márcio Santos, pelo PSB; Allan Pombo, pelo PDT; Dona Neves, pelo PSD; João Coelho, pelo PTB; Igor Andrade, pelo Solidariedade; Matheus Cavalcante, pelo Cidadania; Pablo Farah, sem partido; Túlio Neves, sem partido. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 24 de maio de 2023.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário